

## REPERCUSSÃO GERAL (STF)

### Direito do Trabalho

TEMA	RECURSO PARADIGMA	DESCRIÇÃO	STATUS TEMA	DELIMITAÇÃO DA SUSPENSÃO	TESE FIRMADA
62	RE 570532	Aplicabilidade do prazo prescricional do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal (na redação dada pela Emenda Constitucional nº 28/2000) às ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores rurais cujos contratos de trabalho estavam vigentes à época da publicação da referida Emenda.	Sem repercussão geral		
74	RE 579648	Competência para julgamento de ação de interdito proibitório cuja causa de pedir decorre de movimento grevista.	Trânsito em julgado		Compete à Justiça do Trabalho o julgamento das ações de interdito proibitório em que se busca garantir o livre acesso de funcionários e de clientes às agências bancárias interdidas em decorrência de movimento grevista.
131	RE-589998	Despedida imotivada de empregados de Empresa Pública.	Acórdão publicado	"Em razão da relevância dos argumentos apresentados e da inexistência de trânsito em julgado do acórdão deste recurso extraordinário, determino a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a dispensa imotivada de empregados de estatais e tramitem no território nacional, nos termos do art. 1.035, § 5º, do CPC/2015 e do art. 328 do RISTF". (decisão publicada em 10.05.2017 - dirigida aos Tribunais trabalhistas)	A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.



Atualização: 11/10/2018

141	RE-572921	Cálculo de vantagens pessoais incidentes sobre o abono garantidor da percepção de um salário-mínimo.	Trânsito em julgado		O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
142	RE-582019	Pagamento a servidor público de salário-base inferior ao mínimo constitucional.	Trânsito em julgado		Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/1998), da Constituição referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.
144	RE-584608	a) Termo inicial da prescrição para ação de cobrança da diferença decorrente da incidência dos expurgos inflacionários reconhecidos pela Lei Complementar nº 110/2001 na multa de 40% sobre os depósitos do FGTS; b) Responsabilidade do empregador pelo pagamento dessa diferença.	Sem repercussão geral		
152	RE-590415	Renúncia genérica a direitos mediante adesão a plano de demissão voluntária.	Trânsito em julgado		A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho, em razão de adesão voluntária do empregado a plano de dispensa incentivada, enseja quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego, caso essa condição tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano, bem como dos demais instrumentos celebrados com o empregado.
164	RE-593919	Contribuição social, a cargo das cooperativas de trabalho, sobre as importâncias pagas, distribuídas ou creditadas aos seus cooperados, a título de remuneração por serviços prestados a pessoas jurídicas por intermédio delas.	Sem repercussão geral		
174	RE-582504	Índice de correção monetária incidente sobre verba a ser restituída a associados que se desligam de plano de previdência privada.	Sem repercussão geral		



Atualização: 11/10/2018

190	RE-586453	Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada.	Trânsito em julgado		Compete à Justiça comum o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria, mantendo-se na Justiça Federal do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, todas as causas dessa espécie em que houver sido proferida sentença de mérito até 20/2/2013.
193	AI-731954	Incorporação a contrato individual de trabalho de cláusulas normativas pactuadas em acordos coletivos.	Sem repercussão geral		
196	AI-751763	Responsabilidade subsidiária de tomador de serviços, em decorrência do não-pagamento de verbas trabalhistas devidas.	Sem repercussão geral		
197	AI-752633	Cobrança de contribuição assistencial, instituída por assembleia, de trabalhadores não filiados a sindicato, bem como a aplicação de multa em julgamento de embargos de declaração tidos por protelatórios.	Sem repercussão geral		
219	RE-590005	Extensão a beneficiários de plano de previdência privada complementar de vantagem outorgada a empregados ativos.	Sem repercussão geral		
222	RE-597124	Extensão do adicional de risco portuário ao trabalhador portuário avulso.	Afetado		
229	RE-585392	Isonomia quanto ao enquadramento como beneficiário do regime público de previdência complementar instituído por lei estadual.	Sem repercussão geral		

Atualização: 11/10/2018

242	RE-600091	Competência para processar e julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho propostas por sucessores do trabalhador falecido.	Trânsito em julgado		Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidentes de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive as propostas pelos sucessores do trabalhador falecido, salvo quando a sentença de mérito for anterior à promulgação da EC nº 45/04, hipótese em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça Comum.
245	RE-602162	Base de cálculo do adicional de periculosidade dos empregados do setor de energia elétrica.	Sem repercussão geral		
246	RE 760931	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço.	Acórdão publicado		O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
250	AI-776522	Extensão de regra mais benéfica concernente a férias prevista no Estatuto do Magistério estadual a professores contratados sob o regime temporário.	Sem repercussão geral		
256	RE-603451	Complementação de aposentadoria de ex-empregado da FEPASA.	Trânsito em julgado		Afronta o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal a adoção do salário mínimo como base de cálculo para a fixação de piso salarial.
273	RE-610223	Direito de servidores inativos da extinta FEPASA à extensão de vantagens salariais concedidas em dissídios e acordos coletivos aos ferroviários em atividade.	Sem repercussão geral		
305	RE-607520	Competência para processar e julgar ações de cobrança de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo.	Trânsito em julgado		Compete à Justiça comum estadual processar e julgar as ações de cobrança ou os feitos executivos de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo em ações cíveis e criminais.
306	RE-611512	Natureza jurídica dos juros, em reclamatória trabalhista, para fins de incidência de Imposto de Renda.	Sem repercussão geral		



Atualização: 11/10/2018

308	RE 705140	Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação pela Administração Pública de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público.	Trânsito em julgado		A Constituição de 1988 comina de nulidade as contratações de pessoal pela Administração Pública sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público (CF, art. 37, § 2º), não gerando, essas contratações, quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos empregados contratados, a não ser o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
330	RE-628002	Incidência do IRPF sobre os benefícios recebidos de entidade de previdência privada e as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições.	Sem repercussão geral		
333	RE-629057	Responsabilização do empregador no caso de sucessão de empresa.	Sem repercussão geral		
344	RE-569441	Incidência de contribuição previdenciária sobre a participação nos lucros da empresa.	Trânsito em julgado		Incide contribuição previdenciária sobre as parcelas pagas a título de participação nos lucros no período que antecede a entrada em vigor da Medida Provisória 794/1994, que regulamentou o art. 7º, XI, da Constituição Federal de 1988.
356	AI-818688	Adicional de periculosidade em decorrência de armazenamento de agentes inflamáveis em prédio vertical.	Sem repercussão geral		
357	AI-825675	Redução do intervalo intrajornada e majoração da jornada de trabalho, no regime de turnos ininterruptos de revezamento, por negociação coletiva.	Sem repercussão geral		
383	RE-635546	Equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresa pública tomadora de serviços.	Afetado		



Atualização: 11/10/2018

452	RE-639138	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	Afetado		
466	ARE-642137	Revisão de contrato celebrado com entidade fechada de previdência complementar.	Sem repercussão geral		
468	RE-541856	REAFIRMAÇÃO DA TESE DO TEMA nº 144	Sem repercussão geral		
488	RE 646104	Representatividade sindical de micro e pequenas indústrias artesanais.	Afetado		
494	RE 596663	Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução.	Trânsito em julgado		A sentença que reconhece ao trabalhador ou servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos.
497	RE 629053	Proteção objetiva da estabilidade de empregada gestante, em virtude de rescisão imotivada do contrato de trabalho.	Mérito julgado (tese firmada)		A incidência da estabilidade prevista no art. 10, inc. II, do ADCT, somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa.
528	RE 658312	Recepção, pela CF/88, do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário.	Afetado		
544	RE 846854	Competência para julgamento de abusividade de greve de servidores públicos celetistas.	Trânsito em julgado		A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações de direito público.



Atualização: 11/10/2018

545	RE 716378	Extensão da estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT a empregados de fundação privada.	Em julgamento		
550	RE 606003	Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais.	Afetado		
556	RE 631053	Demissão sem justa causa de professor sem prévia instauração de inquérito administrativo, não obstante a previsão no regimento interno da instituição privada de ensino.	Afetado		
583	ARE 697514	Prescrição aplicável (total ou parcial) no âmbito da Justiça do Trabalho.	Sem repercussão geral		
591	RE-659109	Extensão, às complementações de aposentadoria, de benefício concedido indistintamente aos empregados ativos em razão de acordo coletivo de trabalho.	Sem repercussão geral		
606	RE 655283	a) reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos; b) competência para processar e julgar a ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos	Afetado		
608	ARE 709212	Prazo prescricional aplicável à cobrança de valores não depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	Trânsito em julgado		O prazo prescricional aplicável à cobrança de valores não depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é quinquenal, nos termos do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal.
609	ARE 705141	Valor do auxílio-acidente inferior ao salário mínimo.	Sem repercussão geral		



Atualização: 11/10/2018

610	ARE 686664	Incorporação de gratificação de função à remuneração de empregados públicos.	Sem repercussão geral		
621	ARE 715088	Revogação da multa prevista no art. 600 da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como sua aplicabilidade em razão do atraso no pagamento da contribuição sindical rural.	Sem repercussão geral		
625	ARE 696101	Aplicabilidade dos juros de mora previstos no art. 1º F da Lei 9.494/1997 aos casos em que a Fazenda Pública é condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pelo empregador principal.	Sem repercussão geral		
629	RE 608379	Equiparação salarial de empregados de sociedade de economia mista integrantes de quadro de carreira cuja reestruturação não foi homologada pelo Ministério do Trabalho.	Sem repercussão geral		
637	ARE 650932	Prazo prescricional relativo às ações de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho antes do advento da Emenda Constitucional 45/2004.	Sem repercussão geral		
638	ARE 647651	Necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de trabalhadores.	Afetado		
640	ARE 734169	Incidência dos juros de mora previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, nas ações em que a União figura como sucessora da Rede Ferroviária Federal S.A., em período anterior à referida sucessão.	Sem repercussão geral		
701	ARE 787379	Possibilidade de extensão, aos trabalhadores rurais, do seguro-desemprego concedido aos pescadores artesanais pela Lei federal 10.779/2003 (seguro-defeso).	Sem repercussão geral		





Atualização: 11/10/2018

725	RE 958252	Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.	Mérito julgado		É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.
738	RE 795467	Necessidade de registro na Ordem dos Músicos do Brasil – OMB e do pagamento de anuidades à referida autarquia para o exercício da profissão de músico.	Trânsito em julgado		É incompatível com a Constituição a exigência de inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil, bem como de pagamento de anuidade, para o exercício da profissão.
739	ARE 791932	Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário.	Afetado	“(…)nos termos do art. 543-B, § 1º, do CPC e do art. 328 do RISTF, o sobrestamento determinado pela decisão embargada deve abranger todas as causas que apresentem questão idêntica à que será resolvida com foros de repercussão geral no presente caso (Tema 739 – Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário), sem prejuízo do término da fase instrutória das respectivas ações, bem como das execuções definitivas (decorrentes de sentenças com trânsito em julgado) já iniciadas.” (decisão publicada em 23/09/2014)	
741	RE 769254	Validade da exigência do INSS de prévio agendamento para o atendimento de advogados e da restrição a um único requerimento de benefício previdenciário por atendimento.	Sem repercussão geral		

Atualização: 11/10/2018

759	ARE 745901	Incidência de contribuição previdenciária sobre a verba recebida por empregado a título de aviso prévio indenizado.	Sem repercussão geral		
762	RE 820729	Validade de norma coletiva de trabalho que fixa limite ao pagamento de horas in itinere inferior à metade do que seria devido em relação ao tempo efetivamente gasto pelo trabalhador no trajeto até o local do serviço.	Sem repercussão geral		
772	ARE 703550	Possibilidade de conversão de tempo de serviço especial prestado na atividade de magistério em tempo de serviço comum, após a Emenda Constitucional 18/1981.	Trânsito em julgado		É vedada a conversão de tempo de serviço especial em comum na função de magistério após a EC 18/1981.
795	ARE 859878	Validade do cálculo do valor da verba denominada Complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime paga aos empregados da Petrobrás, descrita na Cláusula 35ª do Acordo Coletivo de Trabalho de 2007/2009, mediante a subtração, no valor desse complemento, dos adicionais inerentes ao trabalho em condições especiais.	Sem repercussão geral		
823	RE 883642	Legitimidade dos sindicatos para a execução de título judicial, independentemente de autorização dos sindicalizados.	Trânsito em julgado		Os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos.
841	ARE 679137	Constitucionalidade do art. 114, § 2º, da Constituição Federal, alterado pela EC 45/2004, que prevê a necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica.	Afetado		



Atualização: 11/10/2018

853	ARE 906491	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar reclamação trabalhista, fundada em contrato de trabalho regido pela CLT, na qual figura o Poder Público no polo passivo.	Trânsito em julgado		Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas visando a obter prestações de natureza trabalhista, ajuizadas contra órgãos da Administração Pública por servidores que ingressaram em seus quadros, sem concurso público, antes do advento da CF/88, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
861	ARE 907209	Natureza jurídica de direitos: se individuais homogêneos ou heterogêneos.	Sem repercussão geral		
867	ARE 910351	Pagamento de férias fora do prazo do art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho: direito ou não à remuneração de férias em dobro.	Sem repercussão geral		
878	RE 864264	Competência da Justiça do Trabalho para declarar a existência de grupo econômico em execução trabalhista quando já prolatada sentença falimentar	Sem repercussão geral		
892	ARE 913264	Marco prescricional para a interposição de ação para exigir contribuição sindical rural no âmbito da Justiça do Trabalho.	Sem repercussão geral		
916	RE 765320	Efeitos jurídicos do contrato temporário firmado em desconformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal.	Trânsito em julgado		Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
917	ARE 878911	Competência para iniciativa de lei municipal que preveja a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança em escolas públicas municipais e cercanias.	Trânsito em julgado		Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).



Atualização: 11/10/2018

920	RE 828075	Possibilidade de responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho e/ou doenças ocupacionais.	Sem repercussão geral		
928	ARE 1001075	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação que discute verbas trabalhistas, referentes a período regido pela CLT, supostamente devidas a empregados públicos que migraram, posteriormente, para o regime estatutário.	Trânsito em julgado		Reafirmada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações em que se discute o direito às verbas trabalhistas relativas ao período em que o servidor mantinha vínculo celetista com a Administração, antes, portanto, da transposição para o regime estatutário.
931	RE 944245	Cômputo como horas in itinere do tempo gasto pelo trabalhador para deslocar-se da portaria até o local do registro de sua entrada na empresa.	Sem repercussão geral		
932	RE 828040	Possibilidade de responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho.	Afetado		
935	ARE 1018459	Inconstitucionalidade da contribuição assistencial imposta aos empregados não filiados ao sindicato, por acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença.	Acórdão publicado		Reafirmada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que é inconstitucional a instituição, por acordo, convenção coletiva ou sentença normativa, de contribuições que se imponham compulsoriamente a empregados da categoria não sindicalizados.
949	RE 944250	Progressão funcional de empregado que retorna ao serviço por ter sido reconhecida sua condição de anistiado.	Sem repercussão geral		
978	ARE 1056610	Possibilidade de fixação de honorários advocatícios do defensor dativo a partir da tabela de valores do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme previsto no § 1º do art. 22 da Lei n. 8.906/1994.	Sem repercussão geral		



Atualização: 11/10/2018

992	RE 960429	Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado.	Afetado	"Ante o exposto, defiro o pedido de suspensão nacional dos feitos sobre o mesmo tema (art. 1.035, §5º, do CPC)."	
997	RE 1093605	Controvérsia relativa à legitimidade de entidade sindical para o recebimento de contribuição sindical patronal.	Sem repercussão geral		
1005	RE 1123068	Possibilidade de reconhecimento de relação empregatícia a advogado com vínculo societário em escritório de advocacia.	Sem repercussão geral		